



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Percursos e projetos escolares de jovens institucionalizadas: estudo de caso numa Casa de Acolhimento Residencial no distrito de Santarém

Sofia Margarida da Silva Oliveira

Mestrado em Educação e Sociedade

Orientadora:

Professora Doutora Teresa Seabra, Professora Associada,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

outubro, 2021

Departamento de Sociologia

Percursos e projetos escolares de jovens institucionalizadas: estudo de caso numa Casa de Acolhimento Residencial no distrito de Santarém

Sofia Margarida da Silva Oliveira

Mestrado em Educação e Sociedade

Orientadora:

Professora Doutora Teresa Seabra, Professora Associada,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

outubro, 2021

Agradecimentos

Nesta página agradeço a todos aqueles que de alguma forma contribuíram com apoios e incentivos para a realização de todo o meu percurso académico.

Quero começar por agradecer aos pilares da minha vida, pois tenho a consciência que nada disto teria sido possível sozinha. Um reconhecimento especial aos meus pais, ao meu irmão e ao meu avô, por serem modelos de coragem, pelo apoio incondicional, incentivo e amizade demonstrados e total ajuda na superação de obstáculos que ao longo desta caminhada foram surgindo. Um obrigado não chega, pois sem eles não teria chegado até aqui como cheguei.

Em seguida, um agradecimento igualmente especial à Professora Teresa Seabra, orientadora da dissertação, que admiro muito desde que frequentei as suas unidades curriculares e a quem agradeço todo o apoio e interesse demonstrado ao longo do percurso académico no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, durante o estágio curricular e na elaboração da dissertação de mestrado. Foi fundamental a sua disponibilidade, o incentivo e a colaboração sempre manifestadas.

Às pessoas que o Santuário de Fátima, fez questão de pôr na minha vida, àqueles colegas de trabalho que com o tempo passaram a verdadeiros amigos. Amigos estes que sempre estiveram presentes, que sempre me acompanharam e que nunca me deixaram desanimar, que sempre me deram palavras de coragem e que sempre lutaram para me verem feliz. Vocês sabem quem são e a vocês o meu obrigada também.

À minha Chiquitita, Márcia Garcia, por ser uma das melhores pessoas que o ISCTE me deu a conhecer e que é sem dúvida uma amiga que levo para o resto da vida. Obrigada a ti, por toda a paciência e disponibilidade que tiveste para comigo durante este tempo.

Por último, mas não menos importante, deixo um grande agradecimento à Casa que me recebeu e tratou muito bem, tanto durante o Estágio, como na realização das entrevistas e em todo o processo desta dissertação. Um agradecimento especial à Diretora Técnica, pela sua disponibilidade e amabilidade que se revelaram essenciais em todo este processo e a todas as crianças e jovens acolhidas na Casa, em particular, ao grupo das jovens que aceitaram participar comigo neste desafio.

A todos, o meu obrigada, sem vocês não teria sido possível.

Resumo

A investigação “Percursos e projetos escolares de jovens institucionalizadas: estudo de caso numa Casa de Acolhimento Residencial no distrito de Santarém” reconhece cada criança e jovem como seres individuais e atores sociais com diversos direitos, dos quais o direito à proteção e à educação, sendo da responsabilidade do seu representante legal, promover e proteger esses seus direitos, de modo a lhes garantir o seu bem-estar, físico e emocional e o seu desenvolvimento integral.

A presente investigação constitui um estudo de caso realizado com recurso à observação participante, conversas informais, registos num diário de campo, consulta e análise de documentos e, ainda, a entrevistas semiestruturadas. O estudo contou com a colaboração de uma Casa de Acolhimento Residencial no distrito de Santarém. O principal objetivo foi o de conhecer a eventual reconfiguração dos trajetos e projetos escolares das crianças e jovens com a sua institucionalização, tendo por base os relatos das suas experiências.

Nas conclusões do estudo, evidenciou-se uma tendência para o aumento das aspirações académicas e profissionais das jovens após a sua institucionalização, por se sentirem mais apoiadas, atualmente, do que residindo em suas casas. Foi notório o esforço da Casa de Acolhimento Residencial, no respeitante ao apoio, adaptação e satisfação das necessidades escolares de cada criança e jovem residente, ao nível de recursos materiais e humanos, bem como o seu incentivo perante a importância do prosseguimento dos seus estudos.

Palavras-Chave: Acolhimento Institucional; Relação: Escola – Instituição; Percursos e projetos escolares.

Abstract

The investigation "Paths and school projects of institutionalized young people: a case study in a Residential Shelter in the district of Santarém" recognizes each child and young person as individual beings and social actors with different rights, including the right to protection and education. It is the responsibility of its legal representative, to promote and protect these rights, in order to guarantee their physical and emotional well-being and their integral development.

The present investigation is a case study carried out using participant observation, informal conversations, records in a field diary, consultation and analysis of documents, and also semi-structured interviews. The study had the collaboration of a Residential Shelter in the district of Santarém. The main objective was to find out about a possible reconfiguration of the paths and school projects of children and young people with their institutionalization, based on the reports of their experiences.

In the conclusions of the study, a tendency towards an increase in the academic and professional aspirations of the young women after their institutionalization was evidenced, as they feel more supported, nowadays, than living in their homes. The effort of the Residential Shelter was notorious, concerning the support, adaptation and satisfaction of the school needs of each child and young resident, in terms of material and human resources, as well as its encouragement regarding the importance of continuing their studies.

Key words: Residential Shelter; Relation: School - Institution; School courses and projects.

Índice

Agradecimentos.....	iv
Resumo.....	vii
Abstract.....	ix
Introdução.....	1
1. ENQUADRAMENTO DA PESQUISA	3
1.1. O impacto da institucionalização nas crianças e jovens.....	3
1.2. Relação do Acolhimento Institucional com o desempenho escolar	4
1.3. A institucionalização em Portugal e o seu enquadramento jurídico.....	6
1.4. Caracterização das crianças e jovens em Acolhimento	10
2. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO.....	13
3. ESTUDO DE CASO: RESULTADOS DA PESQUISA	17
3.1. A Instituição de Acolhimento Residencial: A Casa	17
3.2. A adaptação ao acolhimento institucional	20
3.3. Os percursos escolares: resultados e vivências.....	22
3.4. A relação com a comunidade escolar	27
3.5. As motivações e aspirações académicas/profissionais	29
Considerações Finais.....	35
Bibliografia.....	39
Anexos.....	43

Índice de Tabelas:

Tabela 1- Caracterização das jovens institucionalizadas entrevistadas, em abril 2021.....	16
Tabela 2 - Idades das crianças e jovens da Casa, em abril 2021.....	18
Tabela 3 - Tempo de acolhimento das crianças e jovens da Casa, em abril 2021.....	18
Tabela 4 – Rotina Semanal da Casa.....	20

Glossário

CAR – Casas de Acolhimento Residencial

CASA – Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens

CAT- Casas de Acolhimento Temporário

LIJ – Lar de Infância e Juventude

LPCJP – Lei de proteção de crianças e jovens em perigo

Introdução

A presente dissertação intitulada “Percurso e projetos escolares de jovens institucionalizadas: estudo de caso numa Casa de Acolhimento Residencial no distrito de Santarém” é realizada no âmbito do Mestrado de Educação e Sociedade, lecionado pela Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. O interesse em realizar um estudo sobre esta temática surge no seguimento da experiência realizada no contexto do Estágio Curricular numa Casa de Acolhimento Residencial (CAR), bem como dos assuntos abordados ao longo das aulas do respetivo mestrado.

Segundo Cheung et al. (2012), citado em Ferreira (2016), o acolhimento institucional de crianças e jovens tem vindo a ser uma temática bastante investigada, nos últimos anos, devido às características vulneráveis desta população.

A família é considerada o meio mais importante para o desenvolvimento integral de um sujeito. Porém, devido a diversos fatores, a mesma poderá não conseguir assumir essa função de grande responsabilidade. Nessas situações, quando uma criança ou jovem se encontram em situação de perigo, uma das medidas da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) que poderá ser aplicada é o acolhimento institucional.

De acordo com o Relatório da Caracterização Anual da Situação de Acolhimento de Crianças e Jovens (CASA) de 2019 (Instituto da Segurança Social, 2020), o acolhimento residencial é uma das medidas de promoção e proteção, onde as crianças e jovens a quem foram aplicadas medidas protetivas de acolhimento se encontram ao abrigo do artigo nº 35 da LPCJP. Medidas estas que têm como objetivo principal a proteção da população acolhida, garantido os seus direitos e definindo os seus projetos de vida.

As instituições que acolhem estas crianças e jovens possuem diversas responsabilidades perante o público-alvo que acolhe, salientado entre elas, as educativas e escolares (Carvalho, 2013, p. 18).

Sendo as instituições de acolhimento e as escolas os principais agentes de socialização destas crianças e jovens, e por sua vez também os principais contextos formativos de valores e de competências, torna-se necessário que ambas trabalhem em conjunto.

Tendo em conta que os trajetos e projetos futuros escolares são alvo de algumas problemáticas recorrentes na população das crianças e jovens em casas de acolhimento, este

estudo pretende conhecer jovens que se encontram numa Casa de Acolhimento Residencial possibilitando dessa forma uma compreensão mais aprofundada da relação destas jovens com a escolaridade. Assim, torna-se pertinente a realização deste estudo, uma vez que é importante dar a conhecer através deste estudo de caso, os fatores que podem influenciar os trajetos e projetos futuros das jovens a quem as casas de acolhimento têm à sua responsabilidade.

Para a realização deste projeto, foram efetuadas entrevistas a sete jovens, de modo a recolher informações relacionadas com todo o seu percurso escolar, a vivência das mesmas na Casa¹ e noutras instituições, se for o caso, e as suas aspirações académicas e profissionais, de forma a responder à questão de partida deste estudo - “Existe alguma relação entre a institucionalização de crianças e jovens e os seus trajetos e projetos escolares?”.

Este estudo encontra-se organizado em três partes, sendo a primeira de enquadramento da pesquisa, tendo sido realizada uma revisão bibliográfica que servisse de suporte científico e académico para a investigação. A segunda é relativa à metodologia e técnicas utilizadas na recolha e tratamento dos dados recolhidos numa Casa de Acolhimento Residencial do Distrito de Santarém. Por último, a terceira parte apresenta e discute os resultados da pesquisa.

Não é pretendido com esta investigação, confirmar ou infirmar hipóteses pré-determinadas, mas analisar as perspetivas das jovens institucionalizadas na existência de alguma reconfiguração nos seus trajetos e projetos escolares com a sua institucionalização.

¹ Nome fictício para denominar a Casa de Acolhimento Residencial.

1. ENQUADRAMENTO DA PESQUISA

1.1. O impacto da institucionalização nas crianças e jovens

Conforme A. Santos (2009, p.22) os primeiros estudos relativos aos efeitos que a institucionalização pode acarretar no desenvolvimento de uma criança, remontam-nos aos trabalhos de Spitz (1945) e de Bowlby (1951), onde existiu a dificuldade em determinar se os problemas comportamentais se deviam à vivência e a todo o processo de acolhimento ou ao historial tanto familiar como social das crianças e jovens institucionalizadas. Este estudo conclui que de um modo geral, as crianças ou jovens que vivenciaram retiradas familiares, tendem a apresentar carência emocional e problemáticas comportamentais.

São vários os estudos e autores que referem o facto de a institucionalização de crianças e jovens comportar implicações negativas na vida dos mesmos, traduzindo-se numa separação e na conseqüente adaptação ao desconhecido. Pacheco (2010, p.22) e Strecht (2001, como citado em Carmo, 2013, p.20), referem-se ter impactos negativos a regulamentação excessiva do quotidiano, o sentimento de punição e a estagnação e discriminação social, sendo estes representados facilmente por estereótipos sociais, para além de que, a “a rejeição, a ausência, o vazio, são do mais difícil para uma criança poder digerir e transformar sozinha, ainda mais numa posição prévia de fragilidade” Strecht (2001, como citado em Carmo, 2013, p.20).

“A institucionalização de crianças/jovens é uma solução para um problema sem mais nenhuma saída; é estar órfão, mesmo sem realmente o ser, é ficar órfão... emocionalmente; é querer fugir...sem ter para onde ir; é revolta, a solidão...é o sentir-se culpado sem saber porquê, e achar que o voltar a casa seria a melhor coisa do mundo...” (Strecht, 1998, como citado em Amado et al., 2003, p. 30)

Contudo, embora o acolhimento institucional, seja visto muitas vezes visto de forma negativa, Maclean (2003, como citado em M. Santos, 2010, p.33), A. Santos (2009, p.23) e M. Santos (2010, p.32) referem que os efeitos prejudiciais da institucionalização, podem ser menores, consoante a intervenção prestada na instituição e conforme o ambiente estimulante que é oferecido, podendo proporcionar também experiências positivas, oferecendo aos residentes, segurança, estabilidade, acompanhamento na formação e na manutenção de relações com outras crianças e jovens, inculcando-lhes o espírito de cooperação e de ajuda para com o próximo, potenciando dessa forma o desenvolvimento de relações recíprocas, de afeto e equilíbrio, proporcionando-lhes o bem-estar e desenvolvendo da sua própria identidade.

Também o contacto com a família de origem, após a retirada, se torna um fator para um bom desenvolvimento e integração da criança ou jovem na instituição onde reside, se assim o for permitido.

Deste modo, e à semelhança de outras medidas, o acolhimento institucional possui vantagens e desvantagens, podendo estas últimas serem amenizadas se a instituição proporcionar às crianças e jovens um projeto de vida, uma maior abertura à comunidade e à família, adotar práticas inovadoras, entre outras, de forma a que a institucionalização seja percebida tanto pelas crianças e jovens, como pelas suas famílias, como uma nova oportunidade (Pacheco, 2010, p.22). Importa referir que estes impactos tanto positivos como negativos, representam situações individuais específicas, divergindo consoante a sua idade, a fase de desenvolvimento em que se encontram, a vinculação com os seus progenitores, as experiências anteriores ao acolhimento, o temperamento e a personalidade de cada criança ou jovem. (Zurita & del Valle, 2005, como citado em Carmo, 2013, p.21)

1.2. Relação do Acolhimento Institucional com o desempenho escolar

A educação formal é um direito de todas as crianças e jovens e sendo no contexto escolar que as mesmas passam a generalidade do seu tempo, a instituição Escola, assume-se assim com um papel de extrema relevância para o seu desenvolvimento.

O trajeto escolar das crianças e jovens residentes em instituições de acolhimento, é uma temática de elevada importância na sociedade, uma vez que a sua história de vida pode influenciar o seu desempenho e desenvolvimento escolar.

Amado et al., (2003, p.40) e Silva (2010) como citado em Catarino (2018, p.40), referem que na grande maioria dos casos, as crianças e jovens institucionalizadas têm uma adaptação à escola difícil, detendo uma relação negativa com a mesma, evidenciando uma rejeição perante este meio social, tornando-se assim importante a criação de uma rede de sociabilidade para estimular o interesse dos mesmos pelo saber.

Posto isto, as instituições de acolhimento devem assegurar o direito, de uma educação adequada às potencialidades, expectativas e necessidades de cada uma das crianças e jovens acolhidos, proporcionando-lhes também condições adequadas, tanto ao nível de recursos humanos, com técnicos devidamente capacitados para esse fim, como com recursos físicos, capazes de auxiliá-los nos seus estudos, tornando-os dessa forma produtivos (Instituto da Segurança Social 2019, p.59).

Nesse sentido, é importante apresentar o Plano Casa, onde os docentes através de um protocolo entre o Ministério do Trabalho e Segurança Social e o Ministério da Educação, exercem funções junto das crianças e jovens acolhidos em instituições de acolhimento, reforçando “os seus processos de formação escolar como condição indispensável para um verdadeiro projeto de autonomização e de (re)integração familiar, concretizado através de apoio pedagógico” (Direção-Geral da Administração Escolar, 2017, p.1).

Durante o percurso de acolhimento, acontece com alguma regularidade, as crianças e jovens trocaram de escolas. Consequência desse procedimento, é a própria escola passar para segundo plano na vida destes alunos, levando à reprovação por parte de muitos deles, acabando por perderem a motivação para alcançarem o sucesso escolar. Além do mais,

“muitas destas crianças e jovens mesmo não vivendo com os pais, têm-nos como exemplos a seguir, o que dificulta no entendimento que a educação formal é essencial para qualquer indivíduo. Como muitos destes menores perceberam que os seus progenitores mesmo não tendo habilitações conseguem sobreviver, acabam por recusar a escola e não a valorizam.”

(Catarino, 2018, p. 43)

Como tal, embora as crianças e jovens em acolhimento possam apresentar uma maior vulnerabilidade escolar, frequentemente derivada da sua baixa autoestima, falta de motivação, desinteresse, indisciplina, autoconceito negativo, ou ligado à sua história de vida, é necessário acompanhá-los e garantir-lhes um percurso escolar estável para uma melhor integração, capacitando-os dessa forma, para um futuro com sucesso (Ferreira, 2016, p.17).

Para que esta situação de sucesso se verifique, é necessário que a escola e a instituição de acolhimento, que as crianças e jovens frequentam, trabalhem em parceria, uma vez que são “responsáveis pela garantia de promoção social/profissional e extinção da segregação social inerentes a estas crianças que vivem e provieram de um meio excluído” (A. Santos, 2009, p.26), sendo também, estas duas instituições os principais agentes de socialização destas crianças e jovens, transmitindo igualmente educação, valores, competências e habilidades que se tornam imprescindíveis à sua inclusão e socialização no meio onde se inserem.

Como foi retratado acima, é comum as crianças e jovens institucionalizados, derivado do seu historial familiar e social, manterem-se um pouco à margem da comunidade envolvente, embora o objetivo primordial das casas de acolhimento tente contrariar estas mesmas situações.

Como refere Amado et al., (2003)

“Embora os Lares de acolhimento tenham como objectivo prevenir, precisamente, a exclusão e a marginalização, o facto é que a própria história de vida dos internos (que tem pelo menos em comum a separação da família), e as características (") da vivência da própria institucionalização, raramente conseguem ultrapassar os problemas de ordem psicológica e social que permitiriam uma plena integração das crianças e jovens na sociedade. (Amado et al., 2003, pp.32-33)

“É certo que a solução não está totalmente na escola, mas a ela compete procurar e encontrar as respostas possíveis no seu âmbito”(Amado et al., 2003, p.41), e nesse sentido, tendo em conta que o docente possui igualmente um papel essencial para a formação de valores e atitudes dos seus alunos, é importante que o docente conceda atenção ao aluno, ouvindo-o e compreendendo-o, para que dessa forma os seus alunos ganham respeito e consideração por ele, promovendo um desenvolvimento positivo entre ambos, mostrando-se mais vezes participativos e motivados para uma melhor aprendizagem. No entanto, caso o docente efetue uma rotulagem do seu aluno, *à priori*, acontecerá o efeito contrário, existindo um comprometimento negativo que será retratado nos resultados escolares do discente (Caio, 2014, p.37).

Neste seguimento, é fundamental que a escola desenvolva um projeto educativo estruturado, consoante o processo historial dos seus alunos, proporcionando um bom aproveitamento escolar e um acompanhamento adequado, complementado desta forma o trabalho realizado na instituição de acolhimento que deverá procurar igualmente articular a sua ação educativa com a que ocorre na escola.

1.3. A institucionalização em Portugal e o seu enquadramento jurídico

Segundo Amorim (2011), como citado em Oliveira (2015, p.3), Atalaia, et al. (2013, pp.70-71) e Moreira (2018, p.4) o conceito de *família* refere-se ao conjunto de indivíduos que possuem entre si laços de sangue ou aliança, sendo um espaço primordial de segurança e afetividade, onde as crianças nascem, crescem e adquirem os seus primeiros conhecimentos necessários para o seu desenvolvimento. No entanto, o conceito de família pode ser mais abrangente ao incluir indivíduos que não mantenham entre si esses laços sanguíneos. “As famílias são uma realidade dinâmica. As mudanças são sentidas ao longo da vida pelos indivíduos, mas também pelas gerações sucessivas, inseridas em contextos políticos, sociais e históricos específicos” (Atalaia et al., 2013, p. 71).

Porém, apesar da família ser fundamental para o nosso desenvolvimento e ser a nossa primeira instituição educativa, por vezes existem casos em que esta se torna um fator de risco e de perigo, sendo considerado por Amorim (2011), como citado em Oliveira (2015, p.3), uma *família disfuncional*². Também para Alarcão (2006), como citado em Oliveira (2015, p.3), uma família com poucos recursos socioeconómicos e/ou com problemáticas de toxicod dependência, alcoolismo, delinquência, maus-tratos ou abandono de crianças deve ser designada como uma família *multiproblemática*. No entanto, importa ressaltar que estas situações

“não se prendem unicamente com as famílias socialmente desfavorecidas, estas apenas têm a sua vida mais exposta, onde as situações de risco são mais facilmente identificadas. Não só a exposição, mas a própria vulnerabilidade é um factor determinante na possibilidade de ocorrerem situações de risco”

(A. Santos, 2009, p.13).

Perante estas situações, onde os direitos das crianças e jovens³ se encontram ameaçados, compete às entidades públicas ou cooperativas, sociais ou privadas, com o acordo da cooperação do Estado (artigo 52º, da LPCJP), prevenir ou terminar com estas lacunas que podem afetar a segurança, saúde, formação, educação e desenvolvimento destas crianças e jovens, através de uma intervenção do sistema de promoção e proteção nacional, onde existem três patamares diferentes: o primeiro relativo à rede informal, que envolve apenas as entidades com competências em matéria de infância e juventude; o segundo já de carácter mais formal, onde atuam as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ); o terceiro também de carácter formal que corresponde à atuação através dos Tribunais, sendo que nestes dois últimos patamares, poderá em última instância, suceder-se o acolhimento institucional (Carvalho, 2013, pp.13-21) e (Sousa, 2013, p.18).

De acordo com A. Santos (2009, p.14), em Portugal, o sistema de acolhimento institucional de crianças e jovens surgiu na década de 80, de forma a responder a situações de pobreza, orfandade e abandono de crianças, podendo acolher também estudantes de populações rurais com fracos recursos económicos e jovens com comportamentos desviantes. O objetivo consistia em oferecer, às crianças e jovens acolhidos, uma vida semelhante e próxima do conceito de família, procurando estabelecer laços afetivos e emocionais não só

² A designação de família disfuncional não está livre de controvérsia, uma vez que esta definição carece de indicadores precisos e poderá se aplicar a um conjunto alargado de famílias.

³ No âmbito do sistema nacional de promoção e proteção, uma criança ou jovem é “a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos, e ainda a pessoa até aos 25 anos sempre que existam, e apenas enquanto durem, processos educativos ou de formação profissional” (artigo 5º, da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP))

com os outros residentes, mas também com os técnicos, mantendo ou restabelecendo também os vínculos com as famílias de origem, se assim fosse permitido.

Na perspectiva de Gomes (2010, citado em Carmo, 2013, p.20), a denominação de “acolhimento residencial” seria mais apropriada, em substituição dos termos “acolhimento institucional” ou “instituição”, como é referido na LPCJP, uma vez que o termo “institucional” tem um cariz histórico relacionado com a caridade e o assistencialismo.

Todo este processo de institucionalização deverá ser orientado consoante as necessidades individuais de cada criança e jovem, dando-lhes sempre a conhecer os seus direitos assim como os da sua família, seguindo também a LPCJP, que defende que o acolhimento institucional deverá ser encarado como uma fase de transição, devendo ser dos últimos recursos a executar, aplicando-se unicamente em casos onde a família biológica, nuclear ou alargada não possua condições para que a criança ou jovem permaneça em segurança e tenha a possibilidade de se desenvolver integralmente. (A. Santos, 2009, p.15)

A entidade que acolhe as crianças e jovens em perigo, conforme o que está previsto na LPCJP, dispõe de instalações e equipamentos, bem como de uma equipa técnica que proporcione condições que possibilitem a educação, o bem-estar e o desenvolvimento integral dos mesmos (artigo 49.º, da Lei 147/99).

Durante a sua permanência na instituição, cada menor é alvo de uma avaliação contínua, com o intuito de ponderar o seu regresso à família de origem, ou caso não seja viável, encaminhá-lo para uma das seguintes opções: adoção; integração numa família de acolhimento; apoio num início de uma vida autónoma, caso seja um jovem pré-adulto (Alves, 2007).

Apesar do grande impacto que esta medida de acolhimento pode significar para as crianças e jovens, é importante salientar que estas instituições constituem um espaço seguro, proporcionando a transmissão de valores e sentimentos de estabilidade, equilíbrio, poder e afetividade e o surgimento de visões futuras (Dell’ Aglio & Siqueira, 2010, p.408), referindo ainda que, os seus familiares, ou representantes legais, podem visita-los, de acordo com as rotinas, horário e regras de funcionamento da instituição, salvo decisão judicial em contrário (artigo 53.º, da Lei 142/2015).

O acolhimento institucional, deve ser entendido não apenas como uma falha ao nível parental, mas como uma oportunidade de ganhos efetivos, tanto para a criança ou jovem, como para a família.

Modalidades de acolhimento

De acordo com Alves (2007), o Sistema Nacional de Acolhimento de Crianças e Jovens em Perigo é constituído por três modalidades de acolhimento previstas na LPCJP, consoante as necessidades de intervenção de cada criança e jovem com idades compreendidas entre os 0 e os 18 anos, de ambos os sexos: Acolhimento de Emergência; Acolhimento Temporário; Acolhimento Prolongado, podendo estas três situações serem de carácter público ou privado, com o acordo de cooperação com o Estado, desde que proporcionem um desenvolvimento integral, colmatando as necessidades que levaram ao acolhimento (Carvalho, 2013, pp. 18-20).

O Acolhimento de Emergência, como o próprio nome o indica, é caracterizado por prestar acolhimentos de emergência, a qualquer momento. A LPCJP, prevê que os Centros de Acolhimento Temporário (CAT) os as Casas de Acolhimento Residencial (CAR), antigamente designadas por Lares de Infância e Juventude, mantenham à disposição camas para um período máximo de 48 horas, destinadas a crianças ou jovens em situação de perigo elevado, não podendo estar próximos das suas famílias.

O Acolhimento Temporário, é realizado em CAT, tratando-se de uma estrutura de acolhimento transitório, não devendo ultrapassar os seis meses de permanência, onde são proporcionados às crianças e jovens todos os cuidados básicos essenciais, existindo também uma equipa técnica que realiza o diagnóstico da situação, assim como a definição do projeto de vida com o objetivo de os retirar do perigo, sendo oferecido aos mesmos um apoio educativo e desenvolvida uma intervenção junto da sua família.

O Acolhimento Prolongado, é efetuado em CAR, destinando-se a crianças e jovens que vivenciem situações em que seja necessário um acolhimento com a duração superior a seis meses, proporcionando aos mesmos condições de vida o mais aproximado possível a uma estrutura familiar, satisfazendo as suas necessidades básicas, promovendo também a sua reintegração na família e na comunidade e contribuindo para a sua valorização, não só pessoal, como também social e profissional, fomentando a gradual autonomização dos jovens. É também atribuído o papel de encarregado de educação das crianças e jovens, aos técnicos destas Casas, sendo da responsabilidade dos mesmos toda a envolvente nas atividades educativas e escolares, nunca deixando de ter em consideração as características de cada menor, nomeadamente a idade, género, origens sociais, personalidade e história de vida (Alves, 2007, pp.75-79).

Para além destas três modalidades de acolhimento, existe o Apartamento de Autonomização, que pretende apoiar a transição para uma vida autónoma de forma segura dos jovens provenientes das CAR, com idade superior a 15 anos. (Brandão, 2015, p.21)

É ainda relevante salientar que cada instituição de acolhimento, “(...) é um caso único (...) com identidade própria (...) é um organismo vivo, que se caracteriza e compõe de outros seres vivos, com vivências, afetos, projetos, passados, presentes e futuros próprios” (Alberto, 2008 citado em Oliveira, 2015, p.12).

Neste sentido, e de acordo com a Carta Social (2020), a 10 de fevereiro de 2021, no distrito de Santarém existem 13 CAR (ainda designadas por Lares de Infância e Juventude (LIJ)), com capacidade total de 345 crianças/jovens, no entanto, os dados registam que atualmente só se encontram 212 crianças e jovens a frequentar as mesmas. Na resposta social de CAT, existem 6 equipamentos, com a capacidade total de 82 crianças e jovens, sendo que os dados apresentados referem que apenas estes são frequentados por 67 utentes.

1.4. Caracterização das crianças e jovens em Acolhimento

Segundo Alves (2007, pp.120-122) e Pinheiro, et al. (2015, p.20), não existe um perfil único para as crianças e jovens que são acolhidas, no entanto, é frequente estas apresentarem instabilidade emocional, menor capacidade de atenção, reduzida autoestima, problemas nos seus comportamentos sociais, dificuldades na aceitação de normas e regras, incapacidade de autonomia entre outras, uma vez que a vasta maioria vivenciou experiências marcantes nas suas vidas, sendo que algumas foram inclusive maltratadas e/ou abandonadas, podendo trazer consequências graves na sua vida presente e futura, como comportamentos desviantes, atos delinquentes, tentativas de suicídio, entre outros.

Segundo o Relatório CASA, com dados referentes a 2019, em Portugal, até ao dia 1 de novembro desse ano, encontravam-se 7 046 crianças e jovens em acolhimento, menos 23% comparando ao ano de 2010, mas um acréscimo de 0.2% face ao ano de 2018. Destas 7 046 crianças e jovens, o sexo masculino detém prevalência com 53% (3 712) face ao sexo feminino com 47% (3 334).

No respeitante aos escalões etários, verifica-se uma maior incidência nos jovens na faixa etária dos 15 aos 17 anos (36.1%), seguindo-se a faixa etária dos 12 aos 13 anos (18.2%).

Relativamente à situação de acolhimento das crianças e jovens constata-se que 87% se encontram em Casas de Acolhimento Generalista, ou seja, CAT ou CAR, sendo a falta de supervisão e acompanhamento familiar o motivo principal para a situação de acolhimento.

Outro dado relevante do Relatório CASA, no âmbito escolar destas crianças e jovens em acolhimento institucional, refere que a grande maioria frequenta a escolaridade obrigatória, existindo uma maior percentagem a frequentar o Ensino Básico (1º, 2º e 3º ciclo). É igualmente importante referir que o Ensino Pós-secundário e o Ensino Superior tiveram um crescimento do número de frequência do ano de 2018 para o ano de 2019 (39 jovens no ano de 2018 para 58 jovens no ano de 2019 e 120 jovens no ano 2018 para 163 jovens no ano de 2019 respetivamente.) (Instituto da Segurança Social, 2020)

No que concerne às situações de perigo que levaram ao acolhimento, é importante sublinhar que cada criança ou jovem “poderá ter entrado no sistema de acolhimento, com uma ou mais situações de perigo diagnosticadas” (Instituto da Segurança Social, 2019, p.66), sendo a negligência (70%) a situação de perigo que mais ocorreu, tendo outras situações como os maus-tratos tanto psicológicos como físicos, o abuso sexual, entre outros.

O projeto de vida das crianças e jovens é um elemento crucial a desenvolver durante o seu período de acolhimento, que deverá ser adaptado conforme as necessidades individuais diagnosticadas (Instituto da Segurança Social, 2020, p.87).

No ano de 2019, 6 441 ou seja, 91.4% das crianças e jovens tinham um projeto de vida delineado, onde os mais representativos referiam-se à autonomização (39%), (re)integração na família nuclear (37%), acolhimento permanente (9%), adoção (8%) e com menor expressão a (re)integração na família alargada (6%), confiança à guarda de terceira pessoa (1%) e apadrinhamento civil (0.5%). Contrariamente, no mesmo período 605 crianças e jovens encontrava-se sem projeto de vida definido (Instituto da Segurança Social, 2020, p.88).

2. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

Realizado o enquadramento de pesquisa e sabendo que todo o processo que se vive antes e durante a institucionalização acarreta consequências positivas ou negativas no desenvolvimento das crianças e jovens, que poderão, por sua vez, provocar efeitos no desempenho escolar das mesmas, importa agora, explicitar a metodologia e técnicas adotadas na presente investigação.

Para dar resposta à pergunta de partida - Existe alguma reconfiguração dos trajetos e projetos escolares das crianças e jovens com a sua institucionalização?" foi adotada uma metodologia intensiva ou *estudo de caso*.

Inicialmente foi estabelecido um protocolo com a Direção da Casa, onde constava os objetivos e a finalidade do estudo, a população-alvo e a garantia do anonimato e confidencialidade relativamente à identificação das jovens bem como da própria identidade da Casa.⁴

Foi igualmente entregue uma declaração da orientadora da presente dissertação e por sua vez coordenadora do mestrado também, onde todos os aspetos referidos acima se encontravam explicitados, formalizando assim o pedido de consentimento da Casa de Acolhimento Residencial do acesso à informação necessária para a realização deste estudo.⁵

Neste estudo de caso foram utilizadas a observação participante, o diário de campo, as conversas informais, a análise documental e as entrevistas semiestruturadas.

Observação participante, diário de campo e conversas informais

Inicialmente foi realizado um contacto prévio com a Casa de Acolhimento Residencial através da Unidade Curricular de Estágio, decorrido no 1º semestre do 2º ano do mestrado, onde existiu a vantagem de realizar uma observação participante, contactando e participando diretamente com as técnicas e com as próprias crianças e jovens nas suas rotinas diárias, tendo a oportunidade de conhecer um pouco de cada uma delas, bem como as suas vivências, projetos, ambições, entre outros. Durante o Estágio Curricular, foi realizado também um diário de campo, que auxiliou em todo este processo de investigação.

⁴ Consultar Anexo A.

⁵ Consultar Anexo B.

Análise Documental

Nesta dissertação foi realizada a análise dos seguintes documentos: o Regulamento Interno, o Projeto Educativo e o site da Casa que permitiram conhecer o objetivo, a missão e os valores da Casa.

Entrevistas semiestruturadas

Recorde-se que a presente investigação tem como finalidade conhecer, na perspetiva das crianças e jovens, que transformações ocorreram com a sua institucionalização no que se refere às suas trajetórias e aos seus projetos escolares, questionando-as relativamente à sua experiência de acolhimento institucional e dos recursos humanos e materiais das instituições onde residiram, do seu percurso escolar antes e durante a institucionalização englobando a relação que têm ou tiveram com o meio escolar e por último as suas aspirações e motivações académicas e profissionais.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas⁶ a sete das 18 jovens da Casa, focando essencialmente a temática relativa ao percurso e ao projeto escolar das jovens, antes e durante a sua permanência na Casa. Presidiu à seleção destas entrevistas o facto de terem o perfil mais indicado para o presente estudo ou seja, ter um trajeto escolar já suficientemente longo (a partir do 3º ciclo) e que revelaram abertura para serem entrevistadas (ver guião da entrevista no anexo C).

A entrevista é uma das técnicas mais utilizadas pelos investigadores das áreas das ciências sociais e psicológicas. Através desta metodologia qualitativa compreende-se e percebe-se de perto as reações e perceções de cada entrevistado, algo que não se consegue encontrar em registos ou em fontes documentais. (Salvador, 1980 e Ribeiro, 2008, como citado em Júnior & Júnior, 2011, p.239)

As entrevistas semiestruturadas são compostas por perguntas abertas e fechadas, onde o entrevistador segue “um conjunto de questões previamente definidas, mas fá-lo num contexto semelhante ao de uma conversa informal” (Miranda, 2009, p.42), tendo a possibilidade de colocar questões adicionais, permitindo dessa forma também uma maior diversidade na abordagem de tópicos do estudo.

Foram realizadas sete entrevistas semiestruturadas, numa pequena sala de acolhimento da Casa, onde inicialmente foi explicado a cada jovem o propósito do estudo, mencionando

⁶ Consultar Anexo C.

que teriam total liberdade para não responder a alguma questão, caso não se sentissem à vontade, agradecendo posteriormente a sua participação e garantindo a confidencialidade dos dados recolhidos. As entrevistas foram realizadas em abril de 2021 e tiveram a duração entre 15 a 35 minutos, dependendo da jovem, tendo sido estas todas gravadas com a devida autorização das mesmas, facilitando dessa forma todo o acesso à informação.

Na Tabela 1, verifica-se que as idades das jovens são compreendidas entre os 14 e os 24 anos, a idade em que foram institucionalizadas varia entre os 8 anos e os 15 anos, o tempo mínimo institucionalizadas é de 3 anos e o máximo é de 14 anos, tendo três destas sete jovens institucionalizadas passado por duas instituições (Carminho, Cristina e Fátima). Relativamente à escolaridade das jovens observa-se que estas sete jovens se encontram em pontos de trajetos escolares muito diferenciados, variando entre o 9º ano e o 1º ano de mestrado, encontrando-se duas no final do ensino básico (Fátima e Laura), duas no ensino secundário (Carminho e Débora) e três no ensino superior (Íris, Cristina e Bianca). Três jovens foram institucionalizadas no 1º ciclo (Débora, Bianca e Laura), uma no 2º ciclo (Cristina), duas no 3º ciclo (Íris e Fátima) e uma no ensino secundário (Carminho). No âmbito das reprovações escolares, percebe-se que quatro jovens reprovaram um ano (Íris – 4º ano; Débora e Bianca – 2º ano; Fátima – 7º ano), tendo sido as três primeiras precedentes à institucionalização (Íris, Débora e Bianca). Contrariamente três jovens nunca tiveram histórico de reprovações nos seus percursos escolares, sendo que duas dessas jovens (Carminho e Cristina), recuaram 2 anos ao mudarem de curso no ensino secundário.

Tabela 1 – Caracterização das jovens institucionalizadas entrevistadas, em abril 2021

Nome ⁷	Idade			Acolhimento (anos)			Ano escolar			Retenções (ano escolar)
	Atual	Acesso OT. ⁸	Acesso à Casa	OT.	Casa	Total	Atual	Acesso OT.	Acesso à Casa	
Íris	21	-	15	-	6	6	Licenciatura (2º ano)	-	8º ano	4º ano
Carminho	17	14	15	1	2	3	11º ano	10º ano	10º ano ⁹	-
Cristina	24	10	14	4	10	14	Mestrado (1º ano)	5º ano	9º ano ¹⁰	-
Débora	18	-	9	-	9	9	11º ano	-	3º ano	2º ano
Bianca	19	-	11	-	9	9	Licenciatura (1º ano)	-	4º ano	2º ano
Fátima	15	12	14	2	1	3	9º ano	7º ano	9º ano	7º ano
Laura	14	-	8	-	6	6	9º ano	-	4º ano	-

Fonte: Elaboração própria com informação facultada através das entrevistas realizadas

Como indicador do trajeto escolar é analisado o momento da retenção antes e depois da institucionalização, no caso de existir. Como indicador dos projetos avalia-se a eventual reconfiguração das aspirações escolares antes e depois da institucionalização.

Para o tratamento das entrevistas realizou-se a análise do conteúdo das mesmas. Inicialmente, realizou-se a transcrição das entrevistas e sistematizou-se as ideias de acordo com os objetivos da investigação, efetuando assim uma pré-análise e de seguida, categorizou-se o corpo de análise, sendo os resultados obtidos desta última fase, expostos e discutidos na terceira parte desta dissertação.

⁷ Os nomes referidos são fictícios de forma a garantir o anonimato das jovens.

⁸ Outra instituição.

⁹ Recuou 2 anos com a mudança de curso.

¹⁰ Recuou 2 anos com a mudança de curso.

3. ESTUDO DE CASO: RESULTADOS DA PESQUISA

3.1. A Instituição de Acolhimento Residencial: A Casa¹¹

A Casa é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), sem fins lucrativos, fundada em 1995 e inserida num Centro de Ação Social a pedido da proprietária da própria residência, de modo a permitir dar todas as condições que faltaram, realizando dessa forma também um protocolo com a Segurança Social. À data residiam 29 educandas entre crianças, jovens e adultos provenientes de todo o país, sendo essencialmente da região norte, cujos pais estariam emigrados, não tendo, a maioria qualquer referência ou contacto familiar e sem recursos económicos.

A função da Casa foi então iniciada com o levantamento e recolha de dados das crianças e das suas respetivas famílias. Na sequência deste trabalho algumas foram integradas nas famílias biológicas. As jovens que apresentavam perturbações de origem psiquiátrica foram também encaminhadas para instituições devidamente equipadas. Posteriormente e em relação às que permaneceram no LIJ, foi elaborado o plano educativo individual.

Durante 3 anos, não foram feitas admissões de forma a reorganizar a Casa. Após aprovação do Regulamento Interno iniciou-se o processo de admissão de crianças entre os 3 e os 10 anos, oriundas de famílias referenciadas pela Segurança Social, vítimas de negligência e maus-tratos, preferencialmente, do Distrito e da Diocese onde a mesma se insere.

Atualmente, a Casa encontra-se em processo de certificação e qualidade e destina-se a acolher crianças e jovens ao abrigo da medida de acolhimento residencial, unicamente do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 0 e os 18 anos de idade ou, excecionalmente até aos 25 anos, caso peçam a prorrogação da medida de acolhimento institucional.

O número de crianças e jovens na Casa não é estático devido à revisão da medida e admissão de cada criança ou jovem. Em abril de 2021, a casa acolhe 18 crianças/jovens, sendo que a maioria (13/18) tem idade igual ou superior a 14 anos. (Tabela 2)

¹¹ Informação concordante com o Regulamento Interno da Casa e a Diretora Técnica da Casa.

Tabela 2 – Idades das crianças e jovens da Casa, em abril 2021

Idades (anos)	Nº de residentes
0 aos 3	2
4 aos 6	1
7 aos 10	-
11 aos 13	2
14 aos 15	3
16 aos 18	5
Mais de 18	5
Total	18

Fonte: Elaboração própria com informação facultada pela Diretora Técnica da Casa

O tempo de acolhimento numa CAR tem a duração mínima de 6 meses, diferença em relação a um CAT. O tempo de acolhimento é variável, pois depende da aplicação da medida e da revisão da mesma. De acordo com a evolução do processo de cada criança e jovem, o período de permanência na casa também é variável, facto esse explicado pela permanência de algumas jovens na casa há 10 anos e outras apenas há 1 ano (Tabela 3).

Tabela 3 – Tempo de acolhimento das crianças e jovens da Casa, em abril 2021

Tempo de acolhimento (anos)	Nº de residentes
1	10
2	1
5	2
6	1
8	1
9	2
10	1
Total	18

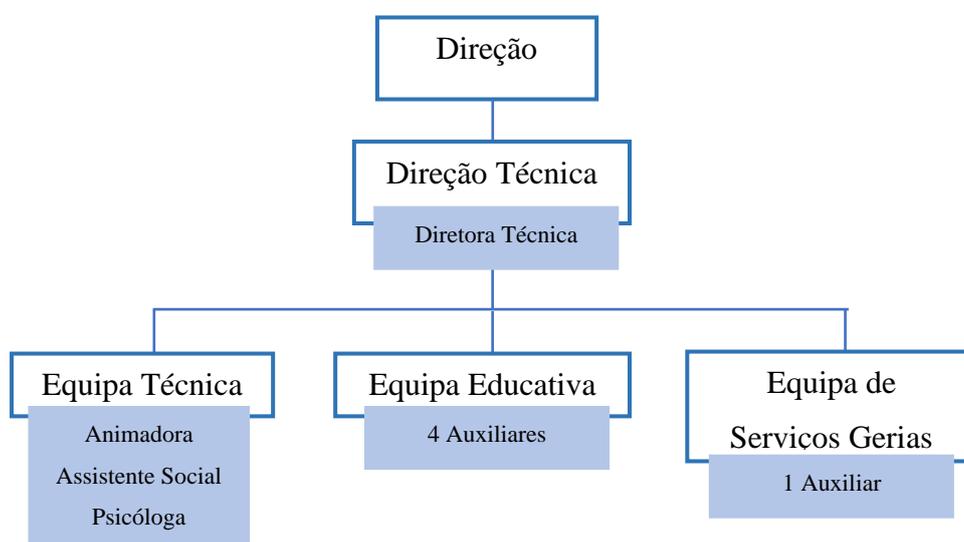
Fonte: Elaboração própria com informação facultada pela Diretora Técnica da Casa

Através de conversas informais com a Diretora Técnica e com a Equipa Técnica, relativamente aos processos destas crianças e jovens, verificou-se que os mesmos compreendem problemáticas sociais tais como: abandono familiar, falta de condições

económicas, negligência, absentismo escolar, abuso sexual, violência doméstica, falta de competências parentais, alienação parental e outras problemáticas sociais que carecem de acolhimento residencial.

A Casa dispõe de uma equipa multidisciplinar que acompanha diariamente o desenvolvimento das crianças e das jovens permitindo dessa forma responder e satisfazer todas as necessidades apresentadas. Atualmente a Casa conta um total de nove colaboradores, a Diretora Técnica, a Assistente Social, a Psicóloga, a Animadora Cultural, quatro ajudantes de ação educativa e uma auxiliar de serviços gerais.

Gráfico 1 – Organograma da Casa



A Casa está localizada no centro da sua cidade e conta com diversos espaços internos e externos destinados a desenvolver atividades com as crianças e jovens residentes. O espaço físico é bem dividido, estruturado e funciona de forma adequada com o principal objetivo de atender às mais diversas necessidades das crianças e jovens.

Com o intuito de promover o desenvolvimento pessoal, social e afetivo destas crianças e jovens, a Casa elabora um Projeto Educativo, onde consta um plano anual de atividades, que fomenta a participação das jovens. Este plano é diversificado e procura ir ao encontro dos interesses das residentes. Por isso, as jovens frequentam atividades extracurriculares desportivas e culturais: futebol, futsal, conservatório de música (onde praticam diferentes instrumentos), ballet, catequese e programas de competências pessoais.

É igualmente importante referir ainda que as residentes têm habitualmente contacto com a família biológica, a não ser que o mesmo esteja condicionado, dependendo da

problemática associada à medida legal aplicada a cada criança/jovem. Na Casa existe o Banco de Voluntariado, onde pessoas individuais ou famílias se disponibilizam para acolher pontualmente as residentes em épocas festivas ou férias. Estes voluntários iniciam habitualmente um processo de entrevista e posteriormente é realizada uma visita domiciliária de forma a aferir da possibilidade desta colaboração.

O funcionamento desta Casa destaca-se pelo envolvimento de todas as técnicas nas rotinas diárias das crianças e jovens, que são estruturadas, firmes e flexíveis com o intuito de ir ao encontro das necessidades de cada criança/jovem.

Tabela 4 – Rotina Semanal da Casa

Hora	Procedimento
7h15	Despertar
7h45	Pequeno-Almoço
8h20	Saída para a Escola
17h45	Regresso da Escola
17h50	Banho
18h30	Estudo
20h00	Jantar
20h45	Tarefas
21h30	Ceia
21h30	Rouparia (fecha às 21h40)
21h45	Higiene Pessoal
22h00	Deitar
22h30	Silêncio

Fonte: Casa

3.2. A adaptação ao acolhimento institucional

Verifica-se que a entrada na Casa das jovens surgiu entre os 8 e os 15 anos de idade, sendo que três das jovens (Carminho, Cristina, Fátima) já frequentariam anteriormente uma outra instituição, onde residiram entre 1 a 4 anos.

A permanência das jovens entrevistadas na Casa, varia entre 1 a 10 anos e através das entrevistas realizadas todas referiram que, atualmente, gostam de viver na Casa, mencionando o bom acompanhamento e acolhimento que tiveram após a sua entrada e reconhecendo que, possivelmente, nas suas famílias não teriam as oportunidades nem o acompanhamento que lhes é proporcionado na Casa. No entanto, três jovens (Íris, Bianca, Laura) mencionaram que

a adaptação inicial foi difícil pelo facto de serem muitas crianças e jovens a viverem no mesmo espaço com diferentes idades, hábitos, rotinas e feitios diferentes dos seus, acabando posteriormente com o passar do tempo por se integrarem.

“Ao princípio é sempre um pouco complicado, mas com o passar do tempo uma pessoa também se habitua e percebe que estar aqui é para o nosso bem”

(Íris, 21 anos, 2º ano de Licenciatura)

“(...) no início é sempre difícil para toda a gente, mas depois... (...) Aqui tenho mais recursos e posso se calhar fazer o que eu não podia fazer na minha família.”

(Bianca, 19 anos, 1º ano de Licenciatura)

“Houve um tempo que eu não gostava, mas depois para além do facto de termos todas as condições, sinto-me muito grata por me terem acolhido aqui (...)”

(Laura, 14 anos, 9º ano)

“(...) eu às vezes penso como seria a minha vida sem estar aqui e não quero pensar... os meus pais são pessoas que não tinham propriamente controlo sobre mim e eu dou graças a Deus, por vir aos 9 anos para aqui e até me pergunto o porquê de não ter vindo mais cedo. Acho que ao longo dos tempos, á medida que vou ganhando mais idade, vou tendo cada vez mais noção disto. (...) não é criticar os meus pais, mas questiono-me se os meus pais teriam a capacidade de me educar, de fazer de mim alguém como sou hoje e espero vir a ser (...)”

(Débora, 18 anos, 11º ano)

O ambiente da Casa é descrito pelas jovens como um contexto onde existe um forte sentimento de grupo e de família, destacando o espírito de equipa e de entreajuda, fomentando dessa forma uma boa relação entre todas as residentes, embora como em qualquer outro contexto, existam pontualmente atritos.

“(...) acabamos todas por ser uma família enorme de meninas. (...) acho que apesar de cada uma ter a sua personalidade e ter a sua maneira de ser e de estar, por vezes os feitios chocam, mas acho que é normal, como em todas as famílias, mas acho que acima de tudo nós nos apoiamos muito umas às outras (...)”

(Carminho, 17 anos, 11º ano)

“Não sei se é pelo ambiente que se vive aqui, se pela ideia de família grande (...) mas gosto muito (...) há sempre aquele espírito de família (...)” “(...) Nós aqui funcionamos muito como grupo, o que é muito bom. Não funcionamos como individuais.”

(Cristina, 24 anos, 1º ano de Mestrado)

Três das jovens entrevistadas (Carminho, Cristina, Fátima), frequentaram outra instituição antes da sua vinda para esta Casa, tendo sido a duração do tempo de acolhimento diferente nesses três casos supramencionados. As duas jovens que residiram menos tempo nas outras instituições (Carminho e Fátima), sentem que nesta Casa o acompanhamento é diferente, justificando-se que não só são mais acompanhadas no âmbito escolar como também no âmbito pessoal. A outra jovem (Cristina), conta que também sempre foi acompanhada na antiga instituição e que foi lá que sentiu que cresceu, que ganhou maturidade, no entanto o acompanhamento nesta é mais sentido e vivido.

“(...) É totalmente diferente (...) na minha antiga instituição, eu tive lá quase um ano e eu nunca recebi um abraço, nem da técnica, nem da Diretora da casa e eu posso dizer que aqui na Casa é totalmente diferente (...) nesta Casa há muito mais carinho do que na antiga em que eu estava (...) aqui é muito bom. É muito bom estar aqui. São mais humanos aqui.”

(Carminho, 17 anos, 11º ano)

“As instituições são completamente diferentes. Esta aqui apoia-me muito mais do que a outra. Aqui se nós temos um problema, tentam logo ver os meios possíveis para nos ajudar, seja na escola, seja pessoal (...)” “(...) foi bom ter vindo para aqui, (...) quem já teve em duas ou mais instituições, consegue muito bem comparar e perceber claramente a diferença de uma instituição para a outra e não sou só eu a dizer. Esta instituição é muito protetora e a nível escolar também ajudam muito mesmo, qualquer coisa estão cá para nos ajudar e isso é bué bom, tanto a nível pessoal, como da escola e assim...”

(Fátima, 15 anos, 9º ano)

“Eu também gostava muito da outra instituição. Eu gostava muito pelo facto de lá ter crescido mais rápido (...)”

(Cristina, 24 anos, 1º ano de Mestrado)

3.3. Os percursos escolares: resultados e vivências

No respeitante ao percurso escolar antes do acolhimento institucional, cinco das jovens entrevistadas (Íris, Carminho, Cristina, Fátima, Laura), referem que tanto o ambiente como o próprio local e a falta de acompanhamento no estudo nas suas casas não eram os mais indicados para lhes proporcionar um bom desempenho escolar. As duas outras jovens não têm

referências neste âmbito pelo facto de terem entrado na Casa no 3º e 4º de escolaridade (Débora e Bianca, respetivamente).

Constata-se que quatro jovens reprovaram 1 ano (Íris, Débora, Bianca, Fátima), sendo estas reprovações obtidas enquanto a sua permanência no seu seio familiar ou noutra instituição (Fátima).

São diversas as causas que confluem para o insucesso escolar, entre as quais o baixo nível socioeconómico e cultural da família do aluno que muitas vezes está associado à falta de acompanhamento escolar. Também a falta de assistência no estudo e nas tarefas diárias (trabalhos de casa) é muito frequente nestas famílias de classes socioeconómicas baixas, levando não só ao insucesso como ao abandono escolar.

Posto isto, Picanço (2012), refere que o papel dos pais no estudo dos seus filhos é fundamental, mencionando ainda que existe uma ideia errada dos pais, ao associar a sua falta de estudos com o facto de não os conseguirem acompanhar.

Neste sentido, o autor salienta que o acompanhamento no estudo não é exclusivamente o “envolvimento direto dos pais no ensino da leitura e da escrita, mas também na fixação de rotinas de estudo. Hábitos de trabalho, atitudes favoráveis à aprendizagem e criação de um ambiente favorável ao estudo e à curiosidade intelectual.” (Picanço, 2012, p. 45)

Outro autor, Martins (2007), referência que para garantir um bom ambiente familiar e dessa forma proporcionar uma aprendizagem e um desenvolvimento humano integral das crianças e jovens, é necessário que a família assegure as condições básicas de vida humana (saúde, alimentação, vestuário, habitação, afeto, segurança e conforto).

“(...) a minha mãe nunca teve muita preocupação comigo e em me mandar estudar. Sou sincera que nunca estudei muito para os testes, era muito raro eu estudar e como não tinha aquele ambiente sossegado, havia sempre alguma coisa e então acabava também por não estudar.”

(Íris, 21 anos, 2º ano de Licenciatura)

“Não sentia grande apoio da parte deles”

(Carminho, 17 anos, 11º ano)

“As minhas notas eram boas, mas não eram assim aquela coisa boa, eram tipo uma média de 3, mas não era aqueles de passar para 4. Era uma aluna de 3 vá... não me esforçava muito também. Eu não

tinha assim muito cabeça para ver e perceber a importância dos estudos, (...) só fazia os testes por fazer, estava lá por estar (...)

(Fátima, 15 anos, 9º ano)

“Relativamente ao material, apesar da minha família sempre teve capacidades para me comprar o que eu precisava. (...) Mas no que requer à parte física do espaço e do ambiente, era muito difícil... (...) Na escola não era capaz de me concentrar porque estava preocupada com outros problemas que se estavam a passar em casa. (...) A minha família tinha competências, mas que ao longo do tempo por causa de outros problemas, foram tipo esquecidas e então não me podiam ajudar diariamente.”

(Laura, 14 anos, 9º ano)

Através da observação participante, verificou-se a extrema importância que esta Casa oferece relativamente à componente escolar, tendo todas as jovens na sua rotina diária um horário estipulado para se dedicarem ao estudo¹², sempre com o acompanhamento de uma técnica, seja a realizar os trabalhos de casa, ou a estudar para os seus testes, desenvolvendo e promovendo dessa forma capacidades para que se sintam motivadas na progressão dos seus estudos.

Como tal, todas as jovens referiram o muito bom acompanhamento e apoio nos estudos por parte das técnicas e da própria Diretora Técnica, bem como os suficientes recursos materiais que lhes são fornecidos.

“(...) tenho muito mais recursos tanto humanos como materiais que me apoiam no estudo. Sinto-me muito apoiada aqui.”

(Cristina, 24 anos, 1º ano de Mestrado)

“Aposto que se tivesse em casa dos meus pais, ia até ao 9º ano e nem sei se ia tanto. (...) Aqui deram-me tudo.” “Acho que nunca teria tido estas oportunidades todas e agradeço muito o facto de as ter.”

(Débora, 18 anos, 11º ano)

Ainda neste âmbito, várias jovens referem que o seu sucesso escolar, derivado do excelente acompanhamento obtido na Casa, depende muito da equipa de recursos humanos inseridos na mesma, manifestando dessa forma um apreço e um agradecimento especial à Diretora Técnica da Casa.

“O nosso sucesso escolar, acho que depende muito da forma como a Casa é dirigida, daquilo que se exige, das pessoas que lá estão. (...) Quando falam muito da comparação das casas, a nossa Casa

¹² Consultar Anexo G.

destaca-se em muito por causa das notas. (...)” “Ela (Diretora) exige muito de nós, mas não é só porque tem de exigir. Ela exige porque quer o melhor para nós e porque nos quer ver felizes no futuro (...).” “Eu fui a primeira menina cá da Casa a receber Bolsa de Mérito do Secundário e logo aí me senti super feliz porque, isto demonstra não só para cá em Casa, mas também para o Colégio, que as meninas da instituição, não são menos do que ninguém e que conseguem ter também muito boas notas e ter um futuro brilhante.”

(Íris, 21 anos, 2º ano de Licenciatura)

“Acho que nós temos muita sorte em estar cá em Casa. (...) porque eu também conheço outras instituições e não é que não exista este apoio, mas se calhar não lhes é mostrado como nos é mostrado a nós e então faz com que as raparigas se desviem. (...) obviamente que também depende muito da personalidade da pessoa, do que ela quer e do que ela não quer, mas é como eu disse, aqui houve muitas que mudaram para melhor por causa do que lhes foi dito, do que lhes foi ensinado (...) e depois a Diretora também tem muito a mentalidade aberta o que ajuda muito também.”

(Cristina, 24 anos, 1º ano de Mestrado)

“(...) esta Diretora fez-me ver as coisas de outra forma, de outra maneira (...) comecei a ir mais vezes a minha casa e com estas idas a casa percebi que o ambiente de casa dos meus pais não se encaixava comigo, não era aquele o ambiente que eu queria para o meu futuro e isso fez-me crescer e mudar de ideias. Fez-me ver que não era aquilo que eu queria para o meu futuro” “(...) estou muito grata pelo facto de ter esta oportunidade. Acho que é mesmo uma oportunidade o facto de aqui estar. Não é fácil?! Não, não é. Mas agradeço o facto de ir para a escola e de quando volto aqui a Casa, comida não me falta na mesa, companhia também não, roupa lavada também não.. acho que tenho tudo e tenho sempre pessoas a olharem por mim, mesmo não estando cá a Diretora, temos sempre milhões de Diretoras que estão sempre cá para nós e isso dá-me estabilidade e segurança, que é isso que nós precisamos”

(Débora, 18 anos, 11º ano)

Para complementar todo o acompanhamento escolar oferecido pelas técnicas da Casa de Acolhimento, o Plano Casa, desenvolvido no âmbito do Protocolo de Colaboração entre a Segurança Social e a Educação, vem reforçar os processos de aprendizagem e aquisição de competências pessoais e sociais das crianças e jovens residentes (Instituto da Segurança Social, 2020, p.64).

Na Casa, atualmente, apenas duas das sete jovens entrevistadas, usufruem do Plano Casa, a Laura na disciplina de matemática e a Débora na disciplina de português. Duas outras

entrevistadas (Carminho e Bianca) expuseram que também já usufruíram desse acompanhamento, não necessitando de mais até ao momento.

São vários os autores (Ferreira, 2016 e Amado et al., 2003, por exemplo) que referem que as crianças e jovens institucionalizadas apresentam uma grande vulnerabilidade escolar. No entanto, opondo estes autores, todas as entrevistadas revelaram que as suas notas melhoraram desde a sua entrada para esta Casa, mencionando nesse sentido o excelente acompanhamento escolar que têm.

“(...) vim para cá e aí foi diferente, porque são novos métodos de ensino, são coisas completamente diferentes e aí eu comecei a ter melhores notas (...) comecei também a perceber melhor a matéria, estudava mais, tinha um ambiente mais estável para estudar e então era mais fácil perceber e consolidar a matéria.”

(Íris, 21 anos, 2º ano de Licenciatura)

“Dantes eu só ia para a escola para estar com os colegas e se fosse preciso ia para as aulas e não apontava nada e agora não. Agora sinto que vou para as aulas para aprender e que saio de lá com alguma coisa na cabeça. A minha mentalidade mudou...” “(...) subi as minhas notas todas, até a inglês inclusive (...)”

(Fátima, 15 anos, 9º ano)

Compete às instituições de acolhimento o dever de assegurar uma educação apropriada, com recursos humanos e materiais adequados, a cada criança e jovem, conforme as suas necessidades e potencialidades de forma a estimular os seus interesses pelo saber e capacitando-os para um futuro com sucesso.

Neste sentido, umas das entrevistadas (Carminho) deixa evidente esse acompanhamento adequado conforme as suas potencialidades, nesta Casa, com a liberdade de poder mudar de curso. Outra jovem salienta a liberdade que lhes é proporcionada no momento das suas escolhas, sendo todas as opções adequadas às necessidades de cada criança e jovem.

“Quando entrei na antiga instituição eu fui para um curso profissional que era de auxiliar de saúde, mas não era o que eu realmente queria. Sempre quis um curso relacionado com contas e este também era um curso profissional e eu não queria. No entanto, mesmo assim tirava excelentes notas (...) mas para a minha capacidade eu acabava sempre por tirar sempre 19/20 e sentia que conseguia dar mais de mim. (...) Depois como eu mudei para cá, eu entrei em contabilidade e gestão. Sempre foi o curso que eu queria. (...) Senti-me bem neste curso, adoro contabilidade.”

(Carminho, 17 anos, 11º ano)

“Aqui dentro existem tantas opções... há a opção de estudar, há a opção de trabalhar, há a opção para as pessoas que tenham mais dificuldades e tiram cursos profissionais, há outros que não gostam de um género de coisas e então vai-se arranjar outras, há pessoas que não se adaptam bem a uma determinada forma de estudo, então vai-se procurar outra... Aqui nós somos uma família... todos se respeitam. Aqui sinto-me mais preparada para o futuro, sinto-me mais preparada para a vida de lá fora.”

(Laura, 14 anos, 9º ano)

3.4. A relação com a comunidade escolar

Na relação com a comunidade escolar, tentou-se perceber se existe ou existiu algum apoio extra, por parte dos docentes e se algumas vez sentiram preconceito por viverem numa Casa de Acolhimento.

Relativamente ao apoio, cinco jovens (Íris, Débora, Bianca, Fátima, Laura) na sua perspetiva, revelam que nunca necessitaram, logo nunca usufruíram de nenhum apoio por parte da escola.

“Não, porque também sentia que não precisava”

(Íris, 21 anos, 2º ano de Licenciatura)

“Não porque também sinto que não preciso”

(Débora, 18 anos, 11º ano)

Contrariamente, duas jovens (Carminho e Cristina), responderam positivamente à questão relativa ao apoio escolar oferecido pelos docentes, fazendo nesse âmbito referencia à diferença sentida entre a escola pública e privada, salientando que sempre sentiram esse apoio, mas que na escola privada é/era mais demonstrado.

É de referir que ambas as jovens frequentaram a escola pública, antes de entrarem na Casa, daí a constatarem a diferença. Atualmente, como se verifica na Tabela 1, a jovem Carminho, encontra-se no 11º ano numa escola privada e a Cristina, frequenta o 1º ano de mestrado, tendo anteriormente frequentado a mesma escola privada que a Carminho.

“Eu era e sou uma marrona nos livros. Eu ia sempre para a biblioteca, por vezes sozinha, porque os meus colegas não queriam saber dos estudos, mas sim, tinha apoio dos professores. Mas acho que só se vê realmente o apoio dos professores quando se chega ao 10º ano. Por exemplo, eu noto muito a diferença da minha antiga escola, para a que eu estou agora porque os professores são mesmo preocupados.”

(Carminho, 17 anos, 11º ano)

“Na escola que frequentava antes de vir para aqui, era uma escola pública, era um bocado diferente. Mas mesmo assim, nós tínhamos professores que nos acompanhavam em vários ciclos e notava-se muito o apoio (...)”

(Cristina, 24 anos, 1º ano de Mestrado)

No que respeita ao preconceito no âmbito escolar vivido pelas jovens residentes da Casa, através das entrevistas realizadas percebeu-se que nenhuma jovem esconde a sua realidade de viver numa Casa de Acolhimento, expeto uma jovem (Bianca) que revelou que presentemente na faculdade os seus colegas não têm esse conhecimento. Não obstante, tanto a Bianca, como mais quatro jovens entrevistadas expressaram que nunca sentiram preconceito para com elas. No entanto, duas jovens (Carminho, Débora) mencionaram saber que ele existe e que acontece perante os residentes em Casas de Acolhimento, quase que como um “rótulo”, apesar das mesmas nunca o terem vivenciado.

“Nunca senti. Por acaso na universidade nem sabem, mas no secundário sabiam e nunca senti isso.”

(Bianca, 19 anos, 1º ano de Licenciatura)

“Eu acho que não falo só por mim. Mas quando somos de uma instituição, acaba por ser um bocadinho estranho e acabamos por ter aquele receio que os colegas descubram que nós somos de uma instituição, porque existe muita gente que é preconceituosa, apesar das coisas já estarem muito mudadas, mas ainda existe. E posso dizer que quando entrei para a minha turma, não tive de esconder que eu estava numa instituição (...). Mas não acho que haja algum preconceito, pelo menos pela minha turma (...)”

(Carminho, 17 anos, 11º ano)

“(...) às vezes a culpa se calhar também é nossa porque também está relacionado com a imagem que passamos, porque por norma as meninas das instituições são sempre aquelas que reprovam de ano, que são umas rebeldes, que não fazem nada de bem. E mesmo que a nossa instituição tente contrariar isso, às vezes a maioria ganha sempre..., no entanto, acho que nunca sofri algum tipo de preconceito por causa disso.”

(Débora, 18 anos, 11º ano)

No entanto, duas jovens (Cristina e Laura) relataram que já sofreram pela existência deste preconceito no âmbito escolar, por parte dos professores.

“Por parte dos alunos, acho que não. Sempre foi muito tranquilo. (...) Agora aconteceu algumas vezes por parte dos professores. Muitos professores têm aquela ideia de coitadinhas estão numa instituição (...) essas coisas é que me faziam um bocadinho de confusão, porque um aluno eu percebo, agora um professor que é adulto é um bocado chato.”

(Cristina, 24 anos, 1º ano de Mestrado)

“Por parte dos colegas não é aquela coisa do chega-te pata ali porque és de uma instituição e nós não gostamos de ti (...) por exemplo, eu lembro-me muito de quando eu disse a minha pauta das notas, eles pensavam que eu não era capaz... e por parte dos professores, já tive uma situação com um professor que foi muito complicada...felizmente ele já não está no colégio (...)”

(Laura, 14 anos, 9º ano)

3.5. As motivações e aspirações académicas/profissionais

No decorrer das entrevistas, todas as jovens afirmaram que o seu percurso escolar influenciava presentemente, ou influenciou de alguma forma a sua vida, reforçando essa ideia com a importância das suas escolhas tanto no 10º ano como na entrada para a faculdade.

“Se tivesse continuado em ciências, provavelmente iria ter influenciado em muito e de forma negativa, porque não era aquilo que eu queria fazer da minha vida.”

(Cristina, 24 anos, 1º ano de Mestrado)

“Claro que influencia. (...) se nós pensarmos como o Governo já impôs as medidas da escola obrigatória até ao 12º ano... e como o estudo obrigatório é até ao 12º ano, as exigências agora são maiores que o 12º ano e é muito mais fácil uma pessoa entrar no mundo do trabalho com um mestrado ou com uma licenciatura do que uma pessoa que apenas tenha o 12º ano (...)” “também tenho a noção que preciso de apanhar estas bases do Básico para ir para o Secundário e ir para o 10º ano, onde cada nota, onde cada avaliação conta para decidir o meu futuro(...)”

(Laura, 14 anos, 9º ano)

O prosseguimento dos estudos bem como a entrada na faculdade é algo bastante ansiado e vivido pela grande maioria das jovens residentes na Casa e são diversas as motivações que as levam a tal. Neste âmbito, três das jovens entrevistadas (Carminho, Cristina e Laura) referem que sempre quiseram seguir estudos, inclusive para a faculdade, mencionando a maior amplitude profissional que essa qualificação lhes irá proporcionar. Uma das jovens (Carminho) menciona a possível dificuldade de o fazer, caso tivesse em sua casa, pela carência económica vivida, mas que nunca foi por isso que deixou de sonhar com o

prosseguimento de estudos até à faculdade. Uma outra jovem (Cristina) faz referência aos maus exemplos vividos em sua casa, querendo ser o oposto dos mesmos.

“(...) Eu sempre quis fazer a faculdade.” “Em casa seria mais complicado, por causa da questão financeira e aqui acabo sempre por ter mais apoio. Mas sempre tivesse essa ideia.” “(...) Uma coisa é acabar o 12º ano e aí posso ingressar logo no mundo do trabalho, mas não estou tão qualificada como estou se for para a universidade e isso dar-me-á mais oportunidades de trabalho e cargos maiores (...)”

(Carminho, 17 anos, 11º ano)

“(...)tenho irmãs mais velhas e via-as a desperdiçar tudo e eu quis ser o contrário, pensei “bolas, não vou fazer isto. Não vou ser como elas, vou ser melhor...” (...)”

(Cristina, 24 anos, 1º ano de Mestrado)

Contrariamente três jovens (Íris, Débora, Bianca), apenas revelaram que o seu interesse pelo prosseguimento de estudos apenas se sucedeu ao longo da sua estadia na Casa, referindo que tanto a Diretora Técnica da Casa como uma outra jovem (Cristina) tiveram bastante influencia neste novo ideal das jovens. Uma das jovens (Íris) expõe que a falta de meios económicos e de estudos na sua casa, levou a que nunca tivesse tido esse ideal. Algo que mudou a residir nesta Casa, como foi referido acima.

“Na altura não me passava essa ideia pela cabeça. Eu queria ser alguém no futuro, mas o percurso de ir para a faculdade não era uma hipótese porque não tinha meios para tal e então era uma coisa que não me passava pela cabeça. Quando vim para aqui e tinha o apoio e incentivavam para tal, eu percebi que era mesmo isto, que era aquilo que eu queria. Eu tenho apoio para tal, eu vou fazê-lo.”

(Íris, 21 anos, 2º ano de Licenciatura)

“Eu até ao 10º ano, não queria ir para a universidade, porque sentia que se calhar não conseguia ir, não ia ter média, mas depois vi que a Cristina e a Íris conseguiram e então...”

(Bianca, 19 anos, 1º ano de Licenciatura)

“(...) eu sou uma pessoa que não faz planos a longo prazo. (...) Faço para daqui a um ano e vou sempre criando objetivos/metast e quando era pequena isso não me passava pela cabeça. Para aí no 6º ano, dizia que só queria acabar o 12º ano. Agora que estou no 11º ano, reta final, começo a perceber que acho que todos nós temos de ter um pouco de ambição e a minha a partir de agora é entrar na faculdade. Eu sei que o curso que estou a tirar agora é bom, é de nível 4 e sei que quando o acabar consigo ir trabalhar na área, mas não é aquilo que eu quero. Eu quero ter mais, porque acho que consigo dar mais (...).” “Comecei a perceber também que a própria sociedade pede às vezes mais

estudos.” “O facto de ver a Cristina na faculdade influenciou muito... tirando o facto das cenas que ela me conta e isso tudo, fez-me pensar que também quero ter a minha experiência. (...) acho que se me dão a oportunidade e a possibilidade de continuar os estudos, eu não vejo porque não.”

(Débora, 18 anos, 11º ano)

Apenas a jovem entrevistada que se encontra há menos tempo na Casa (Fátima), mostrou bastante indecisão relativamente ao seu prosseguimento de estudos, afirmando que seria melhor para o seu futuro, mas, no entanto, justificou a sua indecisão com as suas notas e com o facto das médias para entrar na faculdade serem altas.

“(...) eu ainda estou um bocado indecisa. Eu não quero, mas ao meu tempo eu sei que para o que eu quero, eu tenho que passar pela universidade.” “(...) o meu medo são as notas... é só isso. As médias para entrar são muito altas e eu para ir do 12º ano para lá, tenho de ter uma média muito alta...”

(Fátima, 15 anos, 9º ano)

Todas as jovens entrevistadas, á exceção de uma (Fátima), ambicionam progredir na sua formação escolar/académica, sejam as jovens que se encontram apenas no 9º ano, sejam as jovens que já se encontram na faculdade. Estas referem e salientam a importância da sua formação académica, para a construção da sua pessoa, para a sua independência e para os seus projetos futuros inclusive para o seu emprego após a saída da Casa.

“Quero fazer mestrado.” “O meu objetivo principal é assim que acabar a licenciatura e o mestrado é sair daqui e arranjar logo um trabalho, poupar para arranjar um apartamento só para mim (...)”

(Íris, 21 anos, 2º ano de Licenciatura)

“Tirar licenciatura e mestrado e até doutoramento. Mas vamos ver...” “Quero ser uma mulher independente, não quero depender de ninguém (...)”

(Carminho, 17 anos, 11º ano)

“(...) eu ainda não acabei o mestrado, mas já estou a pensar inscrever-me numa pós-graduação, porque e gosto realmente de aprender (...) Sempre que posso quero estar sempre sempre a investir na minha formação.”

(Cristina, 24 anos, 1º ano de Mestrado)

“Quero tirar a licenciatura aqui e o mestrado se eu conseguir reunir condições suficientes, gostava de o tirar por minha conta, podia também arranjar um trabalho part-time ou assim...”

(Laura, 14 anos, 9º ano)

Foi proposto às jovens que fizessem uma retrospectiva relativamente ao seu passado de há 5 anos e todas as jovens referem que não se viam onde estão hoje, algumas referenciando-se ao âmbito escolar, por não se imaginarem nas escolhas que atualmente fizeram ou por acharem que não tinham apoios nem capacidades para chegarem onde estão hoje e outras relativamente ao âmbito familiar, por pensarem que estariam em suas casas.

“(...) A minha ideia era completamente diferente.” “Mesmo eu querendo inicialmente entrar em Direito e o curso que estou a frequentar atualmente não tem nada a ver... mesmo que não seja o curso que eu quero, ou aliás, o curso que eu idealizei, sinto-me realizada porque consegui entrar numa universidade, estou a estudar para ser uma pessoa melhor todos os dias (...)”

(Íris, 21 anos, 2º ano de Licenciatura)

“Nunca imaginei que poderia... eu queria..., mas nunca imaginei que poderia ter realmente a oportunidade de entrar numa universidade ou num politécnico, por uma questão financeira dos meus pais, nunca imaginei realmente que poderia ter a possibilidade de ter essa hipótese em cima da mesa”

(Carminho, 17 anos, 11º ano)

“(...) a minha mentalidade mudou bastante, porque cresci e porque esta Diretora fez-me ver as coisas de outra forma, de outra maneira...e com esta Diretora também comecei a ir mais vezes a minha casa e com estas idas a casa percebi que o ambiente da casa dos meus pais não se encaixava comigo, não era aquele o ambiente que eu queria para o meu futuro e isso fez-me crescer e mudar de ideias. Fez-me ver que não era aquilo que eu queria para o meu futuro.”

(Débora, 18 anos, 11º ano)

“(...) naquela altura era tudo muita rebeldia. Farta da escola, só queria acabar, não estar na escola, fazia tudo o que queria e agora não...”

(Fátima, 15 anos, 9º ano)

“(...) há 5 anos atrás eu tinha uma noção completamente diferente da que eu tenho agora. E há 5 anos atrás, eu imaginava-me de volta à casa da minha mãe e não aqui. Eu pensava que nós íamos estar lá na minha casa, naquela escola e não nesta e provavelmente teria outro tipo de competências e não as que eu tenho agora (...)”

(Laura, 14 anos, 9º ano)

Para além de realizarem uma retrospectiva relativamente ao seu passado, foi proposto às que imaginassem o seu futuro idealizado para daqui a 5 e 10 anos. As respostas das sete

jovens entrevistadas incidiram essencialmente na progressão dos seus estudos, na procura de emprego na sua área de formação e na construção da sua vida familiar.

“(...) vejo-me a acabar o mestrado. A começar a ingressar no mundo do trabalho e a focar-me mais em mim (...). Daqui a 10 anos (...), espero já estar num trabalho fixo, já ter uma casa, poder começar a constituir família, organizar o meu futuro (...) sentir-me realizada também a nível pessoal, (...) a nível familiar (...)”

(Íris, 21 anos, 2º ano de Licenciatura)

“(...) Tenho de ter trabalho, sem dívida, já quero ter a minha casa, totalmente à vontade, ou seja, à vontade em termos familiar, económicas, tudo...estar mesmo tranquila na vida e ver se começava a minha vidinha (...)” “Daqui a 10 (...) casa própria era o que eu mais gostava, filhinhos, trabalho, saúde, bem na vida...”

(Cristina, 24 anos, 1º ano de Mestrado)

“Espero estar a concretizar todos os meus sonhos”

(Débora, 18 anos, 11º ano)

“Espero já ter uma família formada e estar a fazer o que eu gosto”

(Bianca, 19 anos, 1º ano de Licenciatura)

Considerações Finais

Na procura de sabermos que tipo de reconfigurações sofreram os trajetos e os projetos escolares das crianças e jovens com a sua institucionalização, foram entrevistadas sete jovens de uma instituição de acolhimento residencial – a Casa – e foi possível conhecermos (i) a adaptação que fizeram ao acolhimento institucional, (ii) o seu percurso escolar antes e durante a institucionalização, (iii) a relação das jovens com a comunidade escolar e (iv) as suas motivações e aspirações futuras académicas e profissionais.

No que se refere à adaptação ao acolhimento institucional, é de relembrar que o processo de institucionalização das sete jovens entrevistadas na Casa, sucedeu entre os 8 e os 15 anos e entre o 2º e 10º ano de escolaridade das mesmas. Algumas referenciam a sua adaptação à nova realidade como difícil, no entanto, atualmente todas demonstraram, tanto através das entrevistas como da observação participante realizada através do Estágio, o gosto em viver na Casa, embora por vezes existam atritos, decorrentes das diferenças de personalidade e das idades de todas as crianças e jovens residentes. Importa referir que entre as residentes e as técnicas predomina um sentimento de grupo familiar, onde existe muito o espírito de equipa e uma grande entajuda.

Como foi referido na análise de dados, três jovens (Carminho, Cristina e Fátima) tiveram uma experiência de institucionalização anterior à Casa, conseguindo, dessa forma, comparar ambas as vivências. Estas reconheceram que a Casa lhes proporciona outro tipo de experiências e de recursos que as instituições anteriores não lhes tinham proporcionado tanto a nível afetivo como ao nível de recursos materiais.

No que respeita aos recursos materiais da Casa, todas as jovens os consideraram como sendo muito bons, tendo um espaço, com o ambiente e os materiais adequados, onde podem realizar as suas tarefas diárias escolares no horário que lhes é estipulado na rotina diária, sempre com o acompanhamento de uma técnica. Quanto os recursos humanos, as jovens salientam o estabelecimento de vínculos afetivos fortes com as profissionais e reforçam o excelente acompanhamento escolar que lhes é oferecido, muitas referindo que o seu sucesso escolar se deve particularmente a quem gere a Casa, neste caso, a Diretora Técnica. No decorrer do Estágio, foi possível presenciar a realização de reuniões mensais, entre as técnicas e as jovens, promovendo dessa forma um diálogo entre todos.

Em relação aos percursos escolares antecedentes à institucionalização na Casa, verificou-se que quatro das sete jovens reprovaram um ano (Íris, Débora, Bianca e Fátima).

Algumas reforçaram a ideia de que não tinham o apoio nem os recursos mais adequados para terem um bom desenvolvimento escolar e duas outras jovens referiram que devido ao facto de terem vindo bastante novas para a Casa, não têm recordações do seu ambiente em casa.

Atualmente a média das idades das sete jovens entrevistadas varia entre os 14 e os 24 anos e no âmbito escolar entre o 9º ano de escolaridade e o 1º ano de mestrado, tendo duas das jovens apoio a algumas disciplinas a partir do Plano Casa.

Quanto ao preconceito vivido ou não pelas jovens no ambiente escolar relativamente ao facto de estarem a viver em instituições, a maioria revela que nunca sentiu algum tipo de preconceito, mencionando que sabem da existência deste tipo de discriminação por relatos de outras colegas residentes em Casas de Acolhimento. No entanto, duas jovens (Cristina e Laura) revelam que já sofreram preconceito, por parte de docentes.

É importante destacar que a institucionalização, para algumas jovens, é vista como uma oportunidade única para criar um novo projeto de vida e conseguirem alcançar os seus sonhos. Neste sentido, algumas das jovens não ambicionavam prosseguir estudos enquanto residiam nas suas famílias, seja por carência económica, seja por nunca terem recebido incentivos para o estudo. No entanto, após as vivências na Casa, essa ideia mudou, querendo atualmente todas as jovens investir na sua formação, aproveitando o facto de estarem numa instituição e dessa forma ser-lhes mais favorável alcançar esse objetivo. Apenas a jovem que entrou há menos tempo para a Casa (Fátima), se sente bastante confusa quanto a essa ideia, justificando-se com o facto de não ser capaz de alcançar as notas pretendidas para o curso superior que pretende ingressar.

Ainda nesta temática, é visível e importante salientar a importância demonstrada no âmbito escolar que a Casa oferece às suas residentes, notando-se que tanto a Diretora Técnica da Casa, como as jovens mais velhas que ingressaram para a faculdade, têm um grande impacto e grande influência perante as mais novas.

Quanto às expectativas das jovens relativamente ao seu futuro, para além do investimento da sua contínua formação, esperam encontrar um emprego na sua área de formação e construir uma família.

Após toda a análise de dados, podemos concluir que existiu uma reconfiguração dos trajetos e projetos escolares de todas as jovens entrevistadas, sendo que é na jovem Fátima

que se denota uma menor reconfiguração, talvez, por se encontrar a residir há menos tempo na Casa, comparativamente com as restantes seis residentes entrevistadas.

É importante salientar que nesta investigação apenas foram estudadas sete jovens, ou seja, um número bastante reduzido de participantes, o que não permite ter uma visão generalizada nem chegar a dados mais conclusivos, de forma a conhecer em que medida a institucionalização das crianças e jovens produz uma reconfiguração nas suas trajetórias e nos seus projetos de escolarização. Para o efeito, deverão realizar-se estudos mais abrangentes em instituições e em alunos inquiridos.

Sendo certo que cada jovem vivencia a institucionalização de uma forma particular, consoante as suas características sociais e psicológicas, porém, atualmente todas olham para a institucionalização nesta Casa como algo positivo que lhes possibilitará um futuro melhor.

Bibliografia

Alves, S. N. (2007). *Filhos da Madrugada – Percursos adolescentes em Lares de infância e Juventude*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Amado, J., Ribeiro, F., Limão, I., & Pacheco, V. (2003). *A escola e os alunos institucionalizados* (1ª edição). Departamento da Educação Básica.

Atalaia, S., Cunha, V., & Wall, K. (2013). Família. Em L. Cardoso., P. Magalhães & M. Pais (Eds.), *Portugal Social de A a Z – temas em Aberto* (pp. 70-71). Impresa Publishing|Expresso.

https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/22801/1/ICS_KWall_Familia_CLN.pdf

Brandão, R. I. G. A. (2015, setembro). *Sucesso Escolar de Crianças e Jovens Institucionalizadas: Intervenção do Assistente Social* [Dissertação em Serviço Social, ISCTE Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório ISCTE-IUL.

<http://hdl.handle.net/10071/10606>

Caio, E. A. B. (2014, janeiro). *Inclusão Escolar de Crianças e Jovens Institucionalizados – Um desafio entre o Ideal e o Real* [Dissertação de mestrado, Escola Superior de Educação – Instituto de Castelo Branco]. Repositório científico do Instituto Politécnico de Castelo Branco. <http://hdl.handle.net/10400.11/2451>

Carmo, R. A. B. N. (2013). *Relações entre Crianças e Jovens em Instituições de Acolhimento* [Dissertação de mestrado, Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Portalegre]. Repositório Comum. <http://hdl.handle.net/10400.26/6550>

Carta Social, (s.d.). *Rede de Serviços e Equipamentos*. <http://www.cartasocial.pt/index2.php>

Carvalho, M. J. L. (2013). *Sistema Nacional de Acolhimento de Crianças e Jovens*. Fundação Calouste Gulbenkian

Catarino, M. O. (2018, setembro). *À procura do sucesso – Percepções dos jovens institucionalizados e dos profissionais dos lares de acolhimento sobre a escola* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciência da Educação – Universidade de Coimbra]. Repositório científico da UC. <http://hdl.handle.net/10316/83486>

Dell' Aglio, D., & Siqueira, C. (2010). Crianças e Adolescentes Institucionalizados: Desempenho Escolar, Satisfação de Vida e Rede de Apoio Social. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* (vol.26 n.3, pp. 407-415). <https://www.scielo.br/pdf/ptp/v26n3/a03v26n3.pdf>

Direção-Geral da Administração Escolar (2017, julho). *Protocolo de Cooperação*. https://www.dgae.mec.pt/?wpfb_dl=23927

Ferreira, S. D.M. (2016, outubro). *A situação escolar dos jovens com medidas de promoção e proteção em acolhimento residencial* [Dissertação de mestrado, Universidade Católica Portuguesa - Braga]. Repositório UCP. <http://hdl.handle.net/10400.14/22358>

Instituto da Segurança Social (2020, outubro). *CASA 2019 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa: Instituto da Segurança Social. <http://www.seg-social.pt/documents/10152/17405298/Relat%C3%B3rio%20CASA%202019/0bf7ca2b-d8a9-44d2-bff7-df1f111dc7ee>

Júnior, A.F., & Júnior, N.F. (2011). A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. *Evidência* (vol.7 n.7, pp. 237-250). https://met2entrevista.webnode.pt/_files/200000032-64776656e5/200-752-1-PB.pdf

Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. *Lei de proteção de crianças e jovens e perigo*. Diário da República n.º 204/1999, Série I-A de 1999-09-01. <https://data.dre.pt/eli/lei/147/1999/p/cons/20180705/pt/html>

Lei n.º 175/2015, de 8 de setembro. *Diário da República n.º 109/2015 - Série I*. Lisboa. <https://dre.pt/application/conteudo/70215243>

Martins, L. S. (2007). *Um olhar sobre o (in) sucesso escolar na diversidade cultural - Estudo de caso* [Dissertação de mestrado, Universidade Aberta]. Repositório Aberto – Universidade Aberta. <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/630>

Miranda, R. J. (2009). *Qual a relação entre o pensamento crítico e a aprendizagem de conteúdos de ciências por via experimental?: um estudo no 1º Ciclo* [Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências]. Repositório U Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/5489>

Moreira, M. S. O. (2018, fevereiro). *Mãos que protegem, corações que acolhem – O acolhimento de crianças e jovens em Portugal* [Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Serviço Social do Porto]. Repositório Comum. <http://hdl.handle.net/10400.26/22942>

Oliveira, M. V. (2015, março). *O sucesso escolar em instituições de acolhimento para crianças e jovens em risco* [Dissertação de mestrado, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Instituto Politécnico de Leiria]. Repositório IC – Online. <https://iconline.ipleiria.pt/handle/10400.8/1830>

Pacheco, P. J. C. (2010). *Lares de Infância e Juventude: Contributos para um modelo de acolhimento e integração social* [Universidade Fernando Pessoa]. Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa. <http://hdl.handle.net/10284/1946>

Picanço, A. L. (2012), *A relação entre escola e família – as suas implicações no processo de ensino-aprendizagem* [Dissertação de mestrado, Escola Superior de Educação João de Deus]. Repositório Comum. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/2264>

Pinheiro, M. R., Velho, C., Palaio, C., Santos, L., Fadigas, P., Santos, S., Guerra, C., Oliveira, P., & Guerra, P. (2015). Estrutura de Apoio e Acompanhamento da Casa do Canto – Processos e práticas de promoção da autonomia após o acolhimento. Em *Transcrições – Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição* (pp. 14 – 41). Fundação Calouste Gulbenkian. https://content.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2016/05/29202305/brochura-Transi%C3%A7%C3%B5es-30_09_2015.pdf

Santos, A. S. C. S. (2009). *(In)sucesso escolar de crianças e jovens institucionalizadas* [Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa]. UTL Repository. <http://hdl.handle.net/10400.5/2997>

Santos, M. A. M. (2010). *O acolhimento institucional prolongado de jovens em risco – a experiência passada de institucionalização e o seu significado actual para os sujeitos adultos* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – Universidade de Coimbra]. Repositório científico da UC. <http://hdl.handle.net/10316/15593>

Sousa, C. A. R. (2013). *Um lar, uma família: a voz das instituições que acolhem crianças e jovens* [Dissertação, Faculdade de Letras – Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/71894>

Anexos

Anexo A – Email Dirigido à Diretora Técnica da CASA

Exma. Sra. Diretora [REDACTED],

Eu, Sofia Margarida da Silva Oliveira, a frequentar o Mestrado de Educação e Sociedade, na Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa encontro-me a realizar a minha dissertação de mestrado cuja temática são os efeitos da institucionalização nos percursos e projetos escolares na perspetiva das jovens institucionalizadas, tendo como orientadora a Professora Teresa Seabra. Como tal, para a concretização deste estudo, necessito de realizar entrevistas, com o intuito de recolher dados.

Deste modo, venho assim solicitar a autorização para entrevistar algumas jovens da Casa de [REDACTED] consintam participar neste estudo. Os dados recolhidos serão confidenciais e utilizados exclusivamente neste estudo.

Em anexo encontra-se a declaração do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa que testemunha a realização deste estudo de investigação, bem como o guião da entrevista semiestruturada, que pretendo realizar.

Grata pela atenção disponibilizada da sua parte, encontrando-me sempre disponível para poder esclarecer qualquer assunto relativo a este trabalho de investigação.

A aguardar uma resposta da sua parte, com os melhores cumprimentos,

Sofia Oliveira

Anexo B - Declaração da orientadora da dissertação e coordenadora de Mestrado, dirigida à Diretora Técnica da Casa



Exma. Dra. [REDACTED]

Teresa Seabra de Almeida, diretora do curso de mestrado em Educação e Sociedade do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, vem solicitar a colaboração da vossa entidade no trabalho de Dissertação a realizar pela aluna nº91818, Sofia Oliveira. Para efeitos de realização deste trabalho científico, solicita-se autorização para a realização de entrevistas a jovens residentes na [REDACTED]. A estudante garante o sigilo profissional e a proteção de dados, de acordo com o código deontológico que orienta a atividade dos Sociólogos.

O principal objetivo da discente no seu trabalho é responder à seguinte questão: “Que impactos da institucionalização se fizeram sentir nos percursos e projetos escolares, na perspetiva das jovens institucionalizadas?” Para tal, a Sofia Oliveira necessita de realizar entrevistas semiestruturadas a seis jovens residentes.

O estudo será concluído em junho de 2021. Os dados serão recolhidos para análise científica, respeitando a questão da confidencialidade e do anonimato das jovens e dos seus agregados familiares.

Com os melhores cumprimentos,

Lisboa, 24 de março de 2021

A Diretora do Mestrado em Educação e Sociedade


Prof. Doutora Teresa Seabra

Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal

Iscte - Instituto Universitário de Lisboa • Av. Forças Armadas, 1649-026 Lisboa • ☎ +351 217 903 000 • ✉ geral@iscte-iul.pt



Anexo C - Guião das entrevistas semiestruturadas às jovens residentes

A presente entrevista é realizada no âmbito da dissertação do Mestrado em Educação e Sociedade, relativamente aos efeitos da vivência numa casa de acolhimento que se se fazem ou fizeram sentir nos vossos trajetos e projetos escolares.

Agradeço desde já a tua participação para este estudo e relembro-te que todos os dados obtidos serão unicamente usados na investigação, garantindo sempre o anonimato. Solicito também a tua autorização para que esta entrevista seja gravada.

Grata pela tua colaboração,

Sofia Oliveira

Observações:

Data:

Local:

Hora de Início:

Hora do Fim:

Tempo de Gravação:

Trajeto escolar	<ul style="list-style-type: none">• Conhecer o percurso escolar da jovem antes e durante o acolhimento institucional	1 – Conta-me um pouco do teu percurso escolar até entrares na Casa. 1.1 - Andas-te na pré-primária? 1.2 – Consideravas-te boa aluna? 1.3 - Quais eram as tuas notas de forma geral? 1.4 - Que disciplinas gostavas mais? E menos? Porquê? 1.5 – Qual ou quais a(s) disciplina(s) que tinhas melhor(es) nota(s)? E piore(s)? 1.6 – Reprovas-te alguma vez? Se sim, sabes justificar o porquê? 1.7 - Qual a área que escolheste no 10º ano? 1.8 – Consideras que tinhas recursos suficientes para estudar em casa? O ambiente e o local eram adequados? 1.9 - Eras apoiada no estudo em casa? 1.10 - Tinhas explicações? Ou algum apoio nesse sentido? 2 – Fala-me agora do teu percurso desde que estás na Casa.
-----------------	--	--

		<p>2.1 – Qual o ano escolar que estás a frequentar atualmente?</p> <p>2.2 – Já reprovaste algum ano, desde que aqui estás? Se sim, sabes explicar os motivos?</p> <p>2.3 – Desde que aqui estás tens mais aproveitamento escolar? Melhores notas?</p> <p>2.4 – Achas que o teu percurso escolar tem ou vai ter, influência na tua vida futura? Porquê?</p> <p>2.5 – Qual a tua motivação para estudares? Isto é, porque queres estudar, porque queres evoluir mais?</p>
Relação com comunidade escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a relação que a jovem tem/teve na sua escola 	<p>3 – Antes de entrares na Casa, sentias apoio dos professores ou por parte de alguém na escola? E atualmente?</p> <p>4 – Na escola que frequentas presentemente, achas que existe algum preconceito por viveres numa instituição?</p>
Acolhimento institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar a duração do acolhimento institucional da jovem • Identificar o gosto da jovem em viver na instituição • Caracterizar a relação que a jovem tem com as suas colegas de Casa • Perceber a perspetiva da jovem relativamente à sua experiência nesta e noutra(s) instituição(ões), se for o caso, no acompanhamento escolar 	<p>5 – Há quanto tempo vives nesta Casa?</p> <p>6- Já viveste noutra instituição? Se sim, quanto tempo?</p> <p>7 - Gostas de viver aqui? Porquê? (quais os motivos)</p> <p>8 – Como é a tua relação com as outras residentes?</p> <p>9- Sentes que existe entre ajuda entre vocês ou não?</p> <p>10- Sentes-te mais acompanhada no estudo aqui, ou onde estavas antes? Casa, ou outra(s) instituição(ões). Porquê? Se sim, achas que isso contribuiu para melhorares o teu desempenho escolar?</p> <p>11 – Sentes que aqui alguém é ou foi uma inspiração para ti? Um exemplo a seguir?</p> <p>12 – Achas que aos residires na Casa, consegues ou já conseguiste evoluir mais e melhor nos estudos? De que forma?</p>
Recursos humanos e materiais da Casa	<ul style="list-style-type: none"> • Caracterização através da jovem, relativamente às condições do local de estudo 	<p>13- Na tua opinião, achas que os recursos materiais da Casa são adequados e contribuem para que tenhas um bom desenvolvimento escolar? Acrescentavas ou modificavas alguma coisa?</p>

		<p>14 – E os recursos humanos? Ou seja, as técnicas. Achas que contribuem positivamente para o desenvolvimento do teu trajeto escolar? Porquê?</p> <p>15 – Consideras-te suficientemente apoiada nos estudos?</p>
<p>Aspirações Académicas/Profissionais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as aspirações académicas/profissionais da jovem 	<p>16 - No fim de terminares o 12.º ano ou no caso de estares na faculdade, pretendes continuar a estudar mais ou ir trabalhar? Porquê? Já tinhas essa ideia, ou mudaste após morar na Casa?</p> <p>17 – No caso de continuares a estudar, vais continuar na Casa? E qual o curso que gostarias de entrar? Porquê?</p> <p>18 - No caso de queres ir trabalhar quando terminares o 12.º ano ou a faculdade, achas que o teu curso/área permitirá arranjar trabalho?</p> <p>19 - Achas que as tuas ambições académicas/profissionais contribuem para teres um bom desempenho escolar? Porquê?</p> <p>20 – Quais são os teus projetos futuros para quando saíres da Casa?</p> <p>21 – Há 5 anos atrás vias-te, ao nível escolar, como estás hoje?</p> <p>22 – Onde te vês daqui a 5 e 10 anos?</p>